

Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.
Pedra Grande - RN

Examinamos as demonstrações financeiras da Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

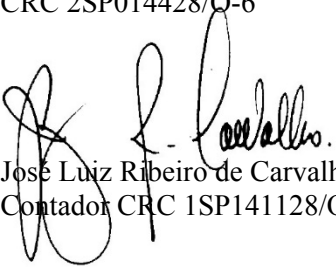


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 2 de junho de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3a	6	3	Fornecedores	6	667	205
Aplicações financeiras	3b	4.305	1.797	Financiamentos	7	3.239	2.801
Contas a receber	4	1.063	-	Obrigações tributárias		155	19
Impostos a recuperar		46	35			<u>4.061</u>	<u>3.025</u>
Outras contas a receber		46	-				
		<u>5.466</u>	<u>1.835</u>	Não circulante			
				Financiamentos	7	47.768	42.011
				Adiantamento para futuro aumento de capital		1.768	-
						<u>49.536</u>	<u>42.011</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	5	<u>65.439</u>	<u>58.104</u>	Capital social	9	16.204	16.204
				Lucro (prejuízos) acumulados		1.104	(1.301)
						<u>17.308</u>	<u>14.903</u>
Total do ativo		<u><u>70.905</u></u>	<u><u>59.939</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>70.905</u></u>	<u><u>59.939</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	10	8.195	-
Custo do produtos vendido	11	<u>(2.591)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>5.604</u>	<u>-</u>
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	12	<u>(481)</u>	<u>(517)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>5.123</u>	<u>(517)</u>
Despesas financeiras	13	(2.674)	(891)
Receitas financeiras	13	<u>248</u>	<u>893</u>
		<u>(2.426)</u>	<u>2</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		2.697	(515)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	<u>(292)</u>	<u>(280)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>2.405</u></u>	<u><u>(795)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>2.405</u>	<u>(795)</u>
Resultado abrangente total	<u>2.405</u>	<u>(795)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013		16.204	(506)	15.698
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(795)</u>	<u>(795)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9	<u>16.204</u>	<u>(1.301)</u>	<u>14.903</u>
Lucro do exercício		<u>-</u>	<u>2.405</u>	<u>2.405</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9	<u>16.204</u>	<u>1.104</u>	<u>17.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	2.405	(795)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Depreciação	1.621	-
Juros e variações monetárias	3.334	2.776
	<u>7.360</u>	<u>1.981</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de aplicação financeira	(2.508)	25.687
(Aumento) de contas a receber	(1.063)	-
(Aumento) de outras contas a receber	(46)	-
(Redução) Aumento de impostos a recuperar	(13)	34
Aumento (Redução) de fornecedores	462	(4.583)
(Redução) Aumento de obrigações tributárias	136	18
	<u>4.328</u>	<u>23.137</u>
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.768	-
Aquisição de ativo imobilizado	(8.954)	(34.637)
	<u>(7.186)</u>	<u>(34.637)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	(2.198)	-
Financiamentos tomados	5.059	11.500
	<u>2.861</u>	<u>11.500</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>3</u>	<u>-</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3	3
No fim do exercício	<u>6</u>	<u>3</u>
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>3</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. (Companhia), localizada na Fazenda Canto da Ilha de Cima, s/n, Zona Rural, município de São Miguel do Gostoso - RN foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia estava em fase pré-operacional, tendo iniciado suas operações em abril 2014.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação

a. *Declaração de conformidade com relação às normas do CPC*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de junho de 2015.

b. *Base de mensuração e conteúdo*

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

c. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

a. *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O principal ativo reconhecido na Companhia é a aplicação financeira.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2014 e 2013, incluindo operações de *hedge*.

(iv) Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e Custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

d. Ativos arrendados

A Companhia possui apenas arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos efetuados referentes a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

e. *Imobilizado*

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

f. *Intangível*

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

g. *Licenças ambientais*

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo dos parques eólicos.

h. *Redução ao valor recuperável*

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i. *Fornecedores*

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

j. *Financiamentos*

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que não que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre a base presumida para contribuição social sobre o lucro líquido.

m. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n. Capital social

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais. Aquelas que podem ser relevante para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou

após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	<u>6</u>	<u>3</u>

b. Aplicações financeiras

	2014	2013
Aplicações financeiras	<u>4.305</u>	<u>1.797</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário – 104,1 % a.a. em 2014, (102,7 % a.a. em 2013).

4 Contas a receber de clientes

	2014	2013
Contas a receber de clientes	<u>1.063</u>	<u>-</u>

5 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do ativo imobilizado era formado pelos custos incorridos na construção do parque eólico.

	2014	2013
Aerogeradores	60.169	-
Maquinas e equipamento	2.997	-
Instalações e benfeitorias	2.273	-
Imobilizado em andamento	<u>-</u>	<u>58.104</u>
	<u>65.439</u>	<u>58.104</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa depreciação (a.a%)	Saldo em 01/01/2013	Adição	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Custo							
Instalações e benfeitorias	4 a 25	-	-	-	273	2.045	2.318
Máquinas e equipamentos	4 a 25	-	-	-	611	2.456	3.067
Aerogeradores	3.3	-	-	-	4.888	56.785	61.673
Imobilizado em andamento		23.467	34.637	58.104	3.182	(61.286)	-
		<u>23.467</u>	<u>34.637</u>	<u>58.104</u>	<u>8.954</u>	<u>-</u>	<u>67.058</u>
Depreciação							
Máquinas e equipamentos		-	-	-	70	-	70
Aerogeradores		-	-	-	1.504	-	1.504
Instalação e benfeitorias		-	-	-	45	-	45
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.619</u>	<u>-</u>	<u>1.619</u>
Total do imobilizado		<u>23.467</u>	<u>34.637</u>	<u>58.104</u>	<u>7.335</u>	<u>-</u>	<u>65.439</u>

6 Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores nacionais	226	165
Fornecedores partes relacionadas	441	40
	<u>667</u>	<u>205</u>

7 Financiamentos

	2014	2013
Financiamento com BNDES	51.007	44.812
Circulante	3.239	2.801
Não circulante	47.768	42.011

O financiamento com o BNDES, captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 2,05% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir de 12 meses da data de início de operação do parque eólico.

Vencimentos – Anos

2016	3.239
2017	3.239
2018	3.239
2019	3.329
2020 em diante	<u>38.053</u>
Total	<u><u>47.768</u></u>

8 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Ativo circulante		
Contas a receber		
Ventos Portugueses Comercializadora de Energia S.A.	<u>1.063</u>	<u>-</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
Serveng-Civilsan S.A.	108	34
Ventos Portugueses Comercializadora de Energia S.A.	<u>333</u>	<u>-</u>
	441	34
Outras contas a pagar:		
Energia Potiguar Geradora Eolica S.A.	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>441</u>	<u>40</u>
Passivo não circulante		
AFAC		
Ventos Portugueses Comercializadora de Energia S.A.	<u>1.768</u>	<u>-</u>
Resultado		
Receita de vendas		
Ventos Portugueses Comercializadora de Energia S.A.	<u>8.505</u>	<u>-</u>

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

9 Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia era de R\$ 16.204 totalmente integralizado e representado por 16.675.560 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

10 Receita operacional líquida

	2014	2013
Venda de Energia	8.505	-
Impostos	(310)	-
	8.195	-

11 Custo do produto vendido

	2014	2013
Depreciação	(1.621)	-
Custos produtos vendidos	(438)	-
Custo com mão de obra	(267)	-
Outros custos	(265)	-
	(2.591)	-

12 Despesas administrativas e gerais

	2014	2013
Despesas comerciais	(75)	(3)
Despesas com serviços	(209)	(273)
Despesas com pessoal	(68)	(28)
Outras despesas gerais	(129)	(213)
	(481)	(517)

13 Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimentos s/aplicações financeiras	248	893
	248	893
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos	(3.335)	(891)
Juros pagos	730	-
Outras despesas financeiras	(69)	-
	(2.674)	(891)

14 Imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Receita	8.507	-
Aliquota	8%	8%
	681	-
Receita financeira	248	893
Base de cálculo	929	893
Aliquota vigente	24%	24%
Imposto apurado	223	214
Adicional fereal de 10%	69	65
	292	280

15 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

15.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2014 a exposição máxima era de R\$ 5.420 (R\$ 1.800 em 2013) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

15.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	667	-	-
Financiamentos	3.239	3.239	47.768

15.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

15.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

15.5 Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

15.6 Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	6	3	6	3
Aplicações financeiras	4.305	1.797	4.305	1.797
Contas a receber	1.063	-	1.063	-
Outras contas a receber	46	-	46	-
Total	5.420	1.800	5.420	1.800
Passivos financeiros				
Fornecedores	667	205	667	205
Financiamentos	51.007	44.812	51.007	44.812
Total	51.674	45.017	4.311	1.800

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

	2014		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	6	-	-
Aplicações financeiras	-	4.305	-
Contas a receber	1.063	-	-
Outras contas a receber	46	-	-
Total	1.115	4.305	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	667
Financiamentos	-	-	51.007
Total	-	-	51.674
	2013		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	3	-	-
Aplicações financeiras	-	1.797	-
Contas a receber	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	3	1.797	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	205
Financiamentos	-	-	44.812
Total	-	-	45.017

15.7 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

15.8 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferente. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,57% para o ano de 2014 e da TJLP o percentual de 5%, sendo estes definidos como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% e 50%.

Operação	2014	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	4.350	CDI	11,57%	8,68%	5,79%
Receita financeira			<u>503</u>	<u>378</u>	<u>252</u>
Financiamentos	51.007	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Despesa financeira			<u>2.550</u>	<u>3.188</u>	<u>3.826</u>
Resultado financeiro			<u>(2.047)</u>	<u>(2.810)</u>	<u>(3.574)</u>

* * *

Diretoria

Contabilidade

André Luis Morais
Contador CRC 1SP 198135/O-7-S-RN